



| 2025

RELATÓRIO ANUAL

REFORMAR – Research for Mozambique

Acrónimos

ACE-AJ	<i>African Centre of Excellence for Access to Justice</i> / Centro Africano de Excelência para o Acesso à Justiça
ACAT-CI	<i>Action des Chrétiens pour l'Abolition de la Torture – Côte d'Ivoire</i> / Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura – Costa do Marfim
ACJR	<i>Africa Criminal Justice Reform</i> / Reforma da Justiça Penal em África
ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
AMJ	Associação Moçambicana de Juizes
AR	Assembleia da República
CDD	Centro para Democracia e Desenvolvimento
CEP	Código de Execução das Penas
CFJJ	Centro de Formação Jurídica e Judiciária
CIP	Centro de Integridade Pública
CNDH	Comissão Nacional dos Direitos Humanos
COT	Criminalidade Organizada Transnacional
CP	Código Penal
DOI	<i>Dullah Omar Institute</i> / Instituto Dullah Omar
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i> / Organização para Alimentação e Agricultura
ICJ	<i>International Commission of Jurists</i> / Comissão Internacional de Juristas
IDLO	<i>International Development Law Organization</i> / Organização Internacional de Direito para Desenvolvimento
IDPC	<i>International Drug Policy Consortium</i> / Consórcio Internacional para a Política de Droga
IPAJ	Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica
ISRI	Instituto Superior de Relações Internacionais
MINT	Ministério do Interior
MJCR	Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
OAM	Ordem dos Advogados de Moçambique
OCS	Observatório Cidadão para a Saúde
PGR	Procuradoria Geral da República
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REFORMAR	REFORMAR – Research For Mozambique
RPU	Revisão Periódica Universal
SADC	<i>Southern Africa Development Community</i> / Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SALC	<i>Southern Africa Litigation Centre</i> / Centro de Litigância da África Austral
SERNAP	Serviço Nacional Penitenciário

TS	Tribunal Supremo
UCT	<i>University of Cape Town</i> / Universidade da Cidade do Cabo
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i> / Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIDOS	Rede Nacional de Redução de Danos
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i> / Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
UWC	<i>University of Western Cape</i> / Universidade do Cabo Ocidental
VBG	Violência Baseada no Género

Índice

PERFIL INSTITUCIONAL	5
REVISÃO ORGANIZACIONAL.....	6
A NOSSA MISSÃO.....	14
2025 EM REVISTA	16
1. PUBLICAÇÕES	16
1.1. LIVROS	16
1.2. ARTIGOS EM REVISTAS ACADÉMICAS	18
1.3. RELATÓRIOS DE PESQUISAS	19
1.4. PRODUÇÃO DE LEGISLAÇÃO PARA REFORMA LEGAL	21
1.5. ARTIGOS DE OPINIÃO E PUBLICAÇÕES EM IMPRENSA	22
2. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	23
2.1. EVENTOS TÉCNICOS E LANÇAMENTO DE OBRAS	24
3. AÇÕES DE ADVOCACIA.....	32
4. PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL EM EVENTOS E CONFERÊNCIAS.....	35
4.1. CONFERÊNCIAS E ENCONTROS INTERNACIONAIS	35
4.2. PARTICIPAÇÃO EM FÓRUNS, INICIATIVAS PÚBLICAS NACIONAIS E PROGRAMAS DE COMUNICAÇÃO	40
4.3. CULTURA, INCLUSÃO SOCIAL E VIDA INSTITUCIONAL.....	46
5. FILIAÇÃO/MEMORANDO DE ENTENDIMENTO	50
6. APOIO E COLABORAÇÕES.....	51
7. DIVULGAÇÃO	53
7.1. WEBSITE.....	53
7.2. FACEBOOK.....	54
7.3. TWITTER.....	54
7.4. CONTACTOS.....	54

Perfil institucional

A REFORMAR - Research for Mozambique (REFORMAR) é uma organização da sociedade civil que fornece pesquisa, formações e advocacia em justiça criminal e Direitos Humanos em Moçambique e outros países africanos de língua portuguesa.

Criada em 2015, a REFORMAR reconhece que os Direitos Humanos nos sistemas de justiça criminal são violados, que a defesa e promoção dos Direitos Humanos na justiça penal pressupõe pesquisas baseadas em evidência, a importância da formação regular e abrangente de todos os actores que trabalham no sector da justiça, para desenvolver conhecimento e mudar comportamentos e que as reformas se baseiam no desenvolvimento das leis, das políticas e das práticas.

O trabalho da REFORMAR é fundamentado em leis internacionais, regionais e nacionais. A REFORMAR trabalha em parceria com organizações locais, garantindo a aprendizagem e o crescimento mútuos. A REFORMAR trabalha em várias línguas, mas garante principalmente que, a nível internacional e regional, a importância da língua portuguesa seja reconhecida, pese embora não seja uma das línguas oficiais das Nações Unidas e União Africana.

Revisão Organizacional

Tina Lorizzo - Directora



Tina Lorizzo é Directora da REFORMAR. Doutorada em Direito Público pela Universidade da Cidade do Cabo (UCT), possui ainda um mestrado em Criminologia na mesma universidade, com enfoque no Estado de Direito e abordagens baseadas em direitos humanos na reforma da justiça criminal.

Com mais de uma década de experiência em Moçambique e na África Austral, Tina Lorizzo tem desenvolvido trabalho de referência nas áreas de justiça criminal, direitos humanos, acesso à justiça e reforma penitenciária, com particular enfoque em grupos vulneráveis, incluindo mulheres e crianças em conflito com a lei. É Professora-Adjunta na Faculdade de Direito da Universidade do Cabo Ocidental (UWC) na África do Sul e docente em direitos humanos aplicados ao sistema de justiça criminal em instituições académicas moçambicanas. Paralelamente, é investigadora associada no projecto *Africa Criminal Justice Reform* do Instituto *Dullah Omar* da UWC, onde contribui para estudos sobre sistemas de justiça em países africanos de língua portuguesa.

Ao longo da sua carreira, liderou e integrou diversas consultorias e projectos financiados por organismos internacionais, incluindo o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), o Escritório das Nações Unidas para Infância (UNICEF), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), mas também organismos governamentais como a Organização Internacional de Direito para o Desenvolvimento (IDLO) e a União Europeia, com destaque para iniciativas nas áreas de combate à corrupção, justiça juvenil, crime organizado

transnacional e reforma do sistema penal. É autora de várias publicações académicas e relatórios técnicos sobre justiça criminal em Moçambique. Entre as suas obras mais recentes o artigo “Desafios e Perspectivas do Encarceramento Feminino em Moçambique: Uma abordagem Jurídico-Social” publicado pela revista académica *Onãti* e o livro “*Community Courts and Postcolonial Legal Pluralism: Criminal Justice in Mozambique*” publicado pela Routledge.

Lourenço Sigaúque – Psicólogo e pesquisador júnior



Lourenço Valter Inocência Sigaúque é pesquisador na área da justiça criminal em Moçambique, com actuação centrada na investigação aplicada, produção de conhecimento técnico e apoio a processos de reforma do sistema de justiça, com enfoque em direitos humanos e grupos em situação de vulnerabilidade.

Licenciado em Psicologia Criminal, tem desenvolvido o seu percurso profissional na interseção entre sistema de justiça, proteção da criança e reintegração social, combinando trabalho empírico intensivo com análise qualitativa orientada para políticas públicas. Em 2021 integrou a REFORMAR como investigador, participando em estudos nacionais de referência nas áreas de encarceramento feminino, justiça juvenil, violência baseada no género (VBG) e responsabilidade penal associada ao consumo de drogas.

Possui experiência extensiva de trabalho em estabelecimentos penitenciários, centros de reeducação juvenil e contextos comunitários, com interação directa com crianças e jovens em conflito com a lei e outros grupos vulneráveis. Lourenço Sigauque contribuiu também para a elaboração de publicações técnicas e estudos nacionais de referência, com destaque para o livro “Um Retrato das Crianças e Menores Privados de Liberdade no Estabelecimento de Recuperação Juvenil de Boane” publicado pela Gala-Gala Edições.

Paralelamente, tem estado envolvido no desenvolvimento de módulos de formação e na capacitação de actores do sistema de justiça, incluindo magistrados, advogados estagiários e profissionais do sector social, consolidando o seu papel na articulação entre produção de conhecimento e transferência técnica. O seu trabalho tem vindo a afirmar-se pela articulação entre investigação de terreno e reflexão crítica, contribuindo para o reforço de abordagens mais inclusivas, baseadas em evidência e alinhadas com os padrões de direitos humanos no sistema de justiça moçambicano.

Elisa Machoe – Jurista e estagiária de pesquisa



Elisa Machoe é estagiária de pesquisa da REFORMAR. Licenciada em Direito pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), realizou um estágio no Instituto do

Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ), onde aprofundou conhecimentos sobre formas alternativas de resolução de conflitos, com especial enfoque na mediação de casos familiares e litigâncias diversas. Como pesquisadora estagiária da REFORMAR tem se dedicado ao estudo das lacunas legais que fragilizam a protecção das mulheres em conflito com a lei e em situação de vulnerabilidade.

Ilídio Nhantumbo – Colaborador externo



Ilídio Samuel Nhantumbo é pesquisador e analista na área de ciência política, democracia e direitos humanos, com experiência em investigação aplicada, gestão de programas e análise de processos políticos e institucionais em Moçambique.

É colaborador externo da REFORMAR onde desenvolve investigação orientada para políticas públicas nas áreas de governação democrática, direitos humanos e funcionamento das instituições. É mestre em Ciência Política pela Universidade da *Georgia* (EUA) e em Desenvolvimento Internacional Sustentável pela Universidade de *Brandeis* no Massachussets (EUA), e licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), em Moçambique. Ao longo da sua trajectória, exerceu funções de Oficial de Programas e Gestor de *Grants* no Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), com responsabilidade na implementação de programas sobre democracia, eleições, direitos humanos e participação juvenil, incluindo coordenação de iniciativas de observação eleitoral e monitoria da violência política. Possui ainda experiência em cooperação internacional e governação local, tendo

trabalhado com organizações como a HELVETAS, Christian Aid, Trócaire e Escritórios das Nações Unidas.

Paralelamente, desenvolve actividade académica como docente em instituições de ensino superior em Moçambique. É autor de diversas publicações académicas e de análise política, com destaque para o artigo “Analfabetismo Político Entre Moçambicanos Alfabetizados” publicado no livro Desafios de Moçambique 2018.

Alessandro Di Pietrantonio- Voluntário dos Corpos Civis de Paz da Itália



Alessandro Di Pietrantonio é voluntário dos Corpos Civis de Paz da Itália na REFORMAR numa colaboração com a AGAPE Moçambique e a *Passi – Società Cooperativa*.

É Mestre em Direito pela Universidade dos Estudos de Teramo (Itália), com dissertação em Direito Internacional e Penitenciário, e possui um segundo mestrado em Proteção Internacional dos Direitos Humanos pela Universidade dos Estudos de Roma- Sapienza (Itália).

Conta com experiência de trabalho em contextos de elevada vulnerabilidade, tendo actuado durante um ano na floresta amazónica do Peru com comunidades indígenas. A sua actuação centra-se nas áreas do direito, justiça penal, condições carcerárias e direitos de menores. No âmbito da sua colaboração com a REFORMAR, Alessandro encontra-se atualmente envolvido na implementação do projecto “Rádio Juvenil *Tsakane*”, desenvolvido no Estabelecimento Penitenciário de Reabilitação Juvenil de Boane. O projecto tem como objectivo promover a

reabilitação e reinserção social de jovens privados de liberdade através de actividades educativas, criativas e de expressão radiofónica. Neste contexto, Alessandro tem vindo a apoiar a concepção e dinamização das actividades formativas e participativas com os jovens, contribuindo para o desenvolvimento de competências de comunicação, trabalho em grupo e expressão criativa, bem como para a criação de um espaço seguro de diálogo e reflexão.

Alessandro Mannato - Voluntário dos Corpos Civis de Paz da Itália



Alessandro Mannato é voluntário dos Corpos Civis de Paz da Itália na REFORMAR numa colaboração com a AGAPE Moçambique e a *Passi – Società Cooperativa*.

É licenciado em Antropologia Cultural e Etnologia pela Universidade de Torino (Itália), tendo desenvolvido a sua dissertação a partir de trabalho de campo realizado no Brasil, centrado nas experiências de privação de liberdade de jovens em unidades socioeducativas na cidade de São Luís, Maranhão. No quadro da sua colaboração com a REFORMAR, Alessandro Mannato integra a equipa do projecto “Rádio Juvenil Tsakane”, implementado no Estabelecimento Penitenciário de Reabilitação Juvenil de Boane. A sua contribuição incide sobretudo na dimensão socio-antropológica do projecto, acompanhando os processos de interação, expressão e construção narrativa dos jovens participantes.



Elena Lambardi é voluntária dos Corpos Civis de Paz da Itália na REFORMAR numa colaboração com a AGAPE Moçambique e a *Passi – Società Cooperativa*. É licenciada em Psicologia do Bem-Estar e da Inclusão Social pela Universidade de Bolonha (Itália), tendo igualmente desenvolvido actividade de investigação na Universidade dos Estudos de Milão-Bicocca, com enfoque nas áreas dos direitos humanos, desigualdades sociais e bem-estar psicológico.

O seu percurso combina uma base académica em psicologia social com experiência prática no acompanhamento de menores em situação de vulnerabilidade, incluindo apoio em contextos de protecção jurídica. A sua actuação tem-se orientado para a compreensão dos factores psicossociais que influenciam trajectórias de exclusão, bem como para o desenvolvimento de respostas centradas na promoção do bem-estar e da inclusão. No âmbito da sua colaboração com a REFORMAR, Elena Lambardi participa no projecto “Rádio Juvenil Tsakane”, implementado no Estabelecimento Penitenciário de Reabilitação Juvenil de Boane. A sua contribuição incide na dimensão psicossocial do projecto, apoiando a criação de um ambiente seguro de escuta e expressão para os jovens participantes. Neste contexto, acompanha processos de partilha de experiências, promove dinâmicas orientadas para o reforço da autoestima e contribui para a integração de abordagens sensíveis ao bem-estar emocional no desenvolvimento das actividades.



Elisa Montorfano é voluntária dos Corpos Cívicos de Paz da Itália na REFORMAR numa colaboração com a AGAPE Moçambique e a *Passi – Società Cooperativa*. É formada em Direito pela Universidade dos Estudos de Milão-Bicocca, com especialização em *Peacekeeping*, Direito Internacional Humanitário e Justiça de Transição.

Ao longo do seu percurso profissional, desenvolveu experiência em contextos internacionais, tendo trabalhado como consultora no Consulado Geral da República Dominicana em Milão e colaborado com a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) no Peru. Nestes contextos, esteve envolvida em iniciativas relacionadas com direitos humanos, mobilidade humana — incluindo migrações climáticas — e justiça social, participando em acções de advocacia junto de instituições públicas e entidades governamentais.

No quadro da sua colaboração com a REFORMAR, Elisa Montorfano integra a equipa do projecto “Rádio Juvenil Tsakane”, implementado no Estabelecimento Penitenciário de Reabilitação Juvenil de Boane. A sua intervenção no projecto articula uma perspectiva jurídica e de direitos humanos com o trabalho direto com jovens em situação de privação de liberdade, contribuindo para o desenvolvimento de actividades orientadas para a reabilitação, inclusão e reforço de competências pessoais e sociais.

A Nossa Missão

A REFORMAR trabalha no âmbito dos Direitos Humanos aplicados à justiça criminal através de três áreas: pesquisa, formação e advocacia. A dedicação da REFORMAR à pesquisa aplicada mantém-se como pilar essencial, fortalecendo seu compromisso com a promoção e protecção do sistema jurídico em Moçambique. Ao longo do ano de 2025, a organização expandiu seus horizontes de investigação, abordando temas críticos que impactam directamente o cenário da justiça no país.

Como ponto de partida destacam-se um estudo que analisou a realidade das crianças e menores em conflito com a lei no Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane e de mulheres privadas de liberdade, os desafios enfrentados bem como o contexto sócio económico em que se encontram. O compromisso renovado da REFORMAR em realizar pesquisas aplicadas em 2025 reforça sua posição como uma entidade fundamental na busca por evidências robustas, essenciais para a formulação de recomendações que contribuam para o aprimoramento constante do sistema jurídico em Moçambique.

Na segunda área de actuação, em 2025 a REFORMAR concentrou seus esforços realizando e coordenando sessões abrangentes de formação para todos os intervenientes do sistema de justiça criminal. Essa iniciativa integrou uma formação do módulo de penologia, destinado aos estagiários da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), realizada remotamente tendo como objectivo promover uma compreensão crítica das funções da pena e do sistema prisional, dada por meio de uma abordagem teórico-prática, oferecendo ferramentas analíticas para uma actuação transformadora dentro do sistema judicial.

A terceira área na qual a REFORMAR está engajada em 2025 é a do trabalho activo de advocacia, operando em colaboração com outras organizações da sociedade civil para aprimorar a protecção e defesa dos Direitos Humanos e o acesso à justiça no país. De 2018 até 2025 com o apoio do IPAJ, a REFORMAR deu assistência jurídica num caso de condenação a uma pena injusta e excessiva de um menor, monitorando os recursos até ao Tribunal Supremo (TS). O Acórdão do TS conseguiu repor a reposição da legalidade, mostrando a necessidade de maior protecção aos menores e

protecção da infância, podendo ser consultado em:
<https://reformar.co.mz/publicacoes/acordao.pdf/view> .

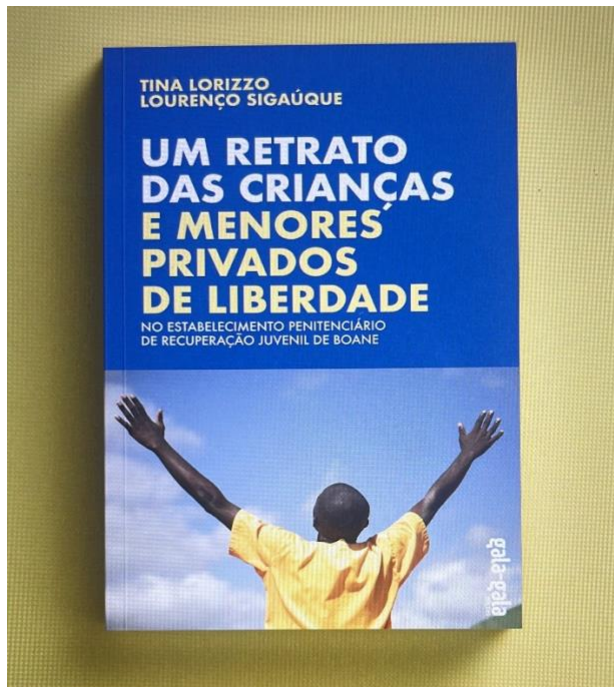
2025 Em Revista

1. Publicações

Em 2025, a REFORMAR consolidou a sua actuação na produção e disseminação de conhecimento jurídico e científico, através da realização de pesquisas, elaboração de submissões institucionais e publicação de artigos de opinião, contribuindo para o debate público e a reforma do sistema de justiça em Moçambique.

1.1. Livros

Tina Lorizzo & Lourenço Sigauque (2025). Um Retrato das Crianças e Menores Privados de Liberdade, No Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane. Gala-Gala Edições

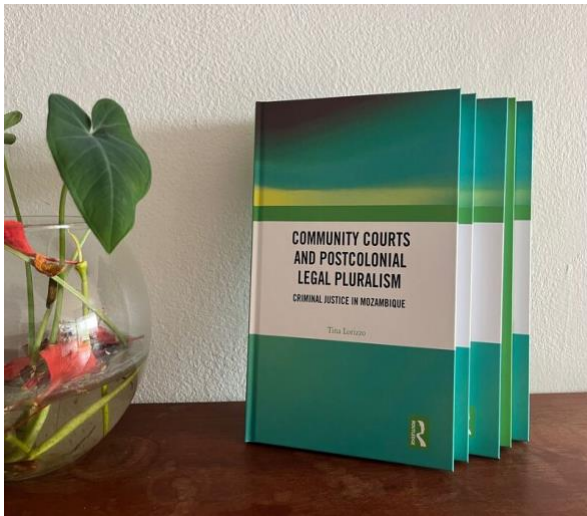


Esta obra constitui um estudo sobre a realidade de crianças e jovens privados de liberdade em Moçambique, com enfoque no Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane. Com base na análise de noventa e dois casos, o livro oferece um retrato das trajectórias de vida de jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos, condenados por diferentes tipos de crimes. A obra explora seis esferas fundamentais:

contexto familiar, condições de saúde, percurso educativo, situação económica, experiências de socialização e perspectivas futuras.

O estudo revela padrões consistentes de desigualdade, incluindo histórias marcadas por desestruturação familiar, abandono escolar precoce, pobreza extrema e exposição a contextos de violência, factores que, em conjunto, contribuem para a marginalização e criminalização destes jovens. Para além do diagnóstico, o livro apresenta recomendações orientadas para a melhoria das condições de acompanhamento e reintegração social, defendendo a necessidade de políticas públicas mais integradas, centradas na prevenção, na protecção social e na promoção de oportunidades.

Tina Lorizzo (2025). Community Courts and Post Colonial Legal Pluralism: Criminal Justice in Mozambique. Routledge



A obra *“Tribunais Comunitários e Pluralismo Jurídico Pós-Colonial: Justiça Criminal em Moçambique”* apresenta uma análise do funcionamento dos tribunais comunitários no país, oferecendo uma leitura crítica do sistema de justiça criminal a partir de uma perspectiva pós-colonial. Partindo do reconhecimento de que os tribunais formais são frequentemente distantes, onerosos e pouco acessíveis para a maioria da população, o livro examina como diferentes sistemas normativos coexistem e são mobilizados na resolução de conflitos no contexto moçambicano.

Com foco empírico na cidade de Maputo, a obra analisa o papel dos tribunais comunitários como mecanismos de justiça mais próximos, céleres e socialmente legitimados, evidenciando a sua relevância prática no acesso à justiça. Ao mesmo tempo, explora a forma como a história e os legados coloniais continuam a moldar a relação entre o Estado e estas estruturas, questionando criticamente o predomínio de abordagens eurocêntricas na teoria e prática da justiça criminal.

Para além da análise teórica e empírica, o livro apresenta reflexões e recomendações que apontam para a necessidade de uma maior articulação entre os sistemas formais e informais de justiça, reforçando a importância de políticas públicas que reconheçam e integrem o pluralismo jurídico como elemento central na construção de um sistema de justiça mais equitativo e eficaz.

1.2. Artigos em revistas académicas

Tina Lorizzo, Ilídio Nhantumbo, Lourenço Sigáúque (2025). Desafios e perspectivas do encarceramento feminino em Moçambique: Uma abordagem jurídico-social. Sortuz. Onati Journal of Emergent Socio-Legal Studies



Sortuz. Onati Journal of Emergent Socio-legal Studies
Volume 15, Issue 2 (2025), 577-602
ISSN 1988-0847
DOI link: <https://doi.org/10.35295/sz.iisl.2950>

Desafios e perspectivas do encarceramento feminino em Moçambique:
Uma abordagem Jurídico-Social
(Challenges and Perspectives of Female Incarceration in Mozambique: A Socio-Legal Approach)

Tina Lorizzo¹
Ilídio Nhantumbo²
Lourenço Sigáúque³

O artigo “*Desafios e perspectivas do encarceramento feminino em Moçambique: Uma abordagem jurídico-social*” analisa o aumento do número de mulheres presas no país nas últimas duas décadas e revela que factores como pobreza extrema, violência doméstica, desigualdade de género e os conflitos armados impulsionam a criminalização feminina. As prisões enfrentam graves carências estruturais e há pouca aplicação de penas alternativas. O histórico de violência sofrida por muitas mulheres raramente é considerado nos julgamentos, resultando em penas desproporcionais. O estudo defende reformas jurídicas e institucionais para construir uma justiça penal sensível ao género, que reconheça as

vulnerabilidades das mulheres e promova a sua reabilitação e reintegração social. O artigo está disponível no site: <https://opo.iisj.net/index.php/sortuz/article/view/2360>

1.3. Relatórios de Pesquisas

No ano de 2025, a REFORMAR conduziu diferentes pesquisas para instituições governamentais e organizações da sociedade civil. Na secção que segue, serão elencados, acompanhados por resumos, os relatórios, reportando também a data da conclusão do trabalho.

O Impacto das leis e políticas criminais, de segurança e normas excepcionais – O caso de Moçambique (2000-2024)

Agosto de 2025



Comparative study and findings on the impact of criminal, security and other exceptional laws and policies in select Francophone and Lusophone countries

Mozambique

Tina Lorizzo, Ilídio Nhantumbo and Lourenço Sigauque
AUGUST 2025



O relatório produzido em parceria com o *Dullah Omar Institute* (DOI) revela como normas vagas e amplas têm sido utilizadas para limitar liberdades fundamentais, especialmente em contextos de instabilidade política e social. O estudo aborda temas como o uso da força pelas autoridades, criminalização de manifestações, violência digital e restrições à liberdade de imprensa. Com base em entrevistas e grupos focais realizados em

Maputo, o relatório propõe reformas legais e institucionais que visam fortalecer o Estado de Direito e garantir maior protecção aos direitos humanos.

As recomendações-chave derivadas desta pesquisa ressaltam a necessidade de melhorar o acesso equitativo à justiça, alargando a presença de tribunais distritais e de gabinetes de assistência jurídica em regiões carenciadas, especialmente as áreas rurais; aumentar o financiamento e a formação para os assistentes jurídicos do IPAJ e garantir uma supervisão transparente para prevenir a corrupção e melhorar a prestação de serviços; reforçar a reforma e a responsabilização policial, desmilitarizar o treino e as operações policiais, dando ênfase ao policiamento democrático, aos direitos humanos e ao envolvimento comunitário; reformar as leis de segurança e excepcionais, rever e reformular a legislação antiterrorista e de cibercrime para garantir a clareza, proporcionalidade e a protecção das liberdades civis, especialmente a liberdade de expressão e de associação, e enfim operacionalizar os compromissos internacionais de Direitos Humanos e promover a literacia jurídica e a sensibilização pública

A pesquisa insere-se no trabalho de pesquisa comparativa com Burundi, Costa do Marfim e com o objectivo de apresentar uma discussão aprofundada sobre o impacto destas leis na democracia, no Estado de Direito e nos grupos vulneráveis destacando os jovens, mulheres e comunidades. Confira o relatório em língua inglesa no seguinte link: https://reformar.co.mz/documentos-diversos/doimozambique_aug2025-1.pdf

1.4. Produção de legislação para reforma legal

Regulamentação do Código de Execução das Penas - CEP

Em curso

Regulamento do Código de Execução das Penas

No âmbito da sua actuação na área de reforma legal, a REFORMAR encontra-se a desenvolver uma proposta de Regulamento do CEP, com o objectivo de contribuir para a operacionalização efectiva do quadro legal vigente no sistema penitenciário moçambicano. O processo, ainda em fase de elaboração, tem sido marcado por uma abordagem participativa e interinstitucional, envolvendo actores-chave do sector da justiça, incluindo instituições do Estado, organizações da sociedade civil e parceiros internacionais. Através de workshops, consultas públicas e debates técnicos, têm sido recolhidos contributos relevantes para garantir que o regulamento reflecta as necessidades práticas do sistema e esteja alinhado com os princípios de direitos humanos.

1.5. Artigos de opinião e publicações em imprensa

Em 2025, a REFORMAR publicou os seguintes artigos, em diferentes jornais:

1. *Lorizzo T, “Moçambique e o labirinto das leis”, O País, 16 de Setembro de 2025.*
2. *Machoe E, “Criminosas ou vítimas: Uma visão humanizada do infanticídio”, O País, 17 de Setembro de 2025.*
3. *Lorizzo T, “Encarceramento feminino em Moçambique: Porque o nosso sistema jurídico ainda falha com as mulheres”, Jornal Savana, 24 de Novembro de 2025.*

2. Ações de capacitação e formação

Módulo em Penologia para Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM)

Maio de 2025



A REFORMAR conduziu a formação em Penologia na OAM, realizada entre os dias 26 de Maio e 7 de Junho de 2025. Participaram aproximadamente 500 estagiários da OAM, de todo o país, e a formação foi realizada integralmente online ao longo de quatro (4) dias, totalizando oito (8) horas, marcando a continuidade do investimento da OAM na consolidação de competências jurídicas críticas para o exercício profissional.

O módulo, que integra o ciclo de formação prática obrigatório da OAM, tem como objectivo promover uma compreensão crítica das funções da pena e do sistema prisional em Moçambique, com enfoque nos direitos fundamentais das pessoas em conflito com a lei. Através de uma abordagem teórico-prática, a formação oferece ferramentas analíticas para que os futuros advogados possam intervir de forma ética, informada e transformadora no sistema de justiça criminal.

Lourenço Sigaúque, pesquisador da organização REFORMAR, foi o responsável pela condução dos conteúdos, trazendo à discussão temas como a evolução histórica da pena, os paradigmas da punição no contexto africano, os desafios da privação de liberdade e as obrigações do Estado à luz dos instrumentos internacionais de direitos humanos.

A elevada adesão mais de seis centenas de participantes reflecte a crescente procura por formação jurídica especializada que esteja alinhada com os desafios contemporâneos da advocacia. O uso de plataformas digitais permitiu ampliar o acesso e garantir uma maior equidade na distribuição do conhecimento, independentemente da localização geográfica dos participantes.

2.1. Eventos Técnicos e Lançamento de obras

Lançamento do livro "Um Retrato das Crianças e Menores Privados de Liberdade no Estabelecimento Penitenciário Especial de Recuperação Juvenil de Boane"

Março 2025



O Auditório do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJCR) acolheu no dia 19 de Março de 2025, o lançamento do livro “Um Retrato das Crianças e Menores Privados de Liberdade no Estabelecimento Penitenciário Especial de Recuperação Juvenil de Boane, de Tina Lorizzo e Lourenço Sigaúque. A obra analisa a situação dos menores no Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane e contribui para o debate sobre os direitos das crianças e menores no sistema de justiça moçambicano. Durante o evento, destacou-se que o livro vai além de uma análise académica, sendo um apelo à acção para um sistema de justiça que promova a equidade, a reabilitação e, acima de tudo, a humanidade. E ainda que a pesquisa evidencia a vulnerabilidade social desses jovens, provenientes de lares desestruturados e com acesso limitado à educação. A apresentação do livro foi feita pelo pesquisador Lourenço Sigaúque, que enfatizou que a obra retrata a realidade

dos menores privados de liberdade e os desafios enfrentados no sistema penitenciário. Acrescentou que muitos jovens interromperam os estudos antes da detenção e encontram barreiras para aceder educação e capacitação profissional dentro do sistema. Além disso, alertou na ocasião para o impacto psicológico da privação de liberdade e a carência de suporte adequado, factores que ampliam o risco de reincidência. No lançamento interveio a juíza Sílvia Matavel, coordenadora das Jurisdições de Família e Crianças no CFJJ que ressaltou a importância do livro para o aprimoramento da justiça juvenil.

Para a magistrada, o sistema devia priorizar a ressocialização e a humanização dos jovens que passam pelo sistema penitenciário. Interveio também o Diretor-Geral do SERNAP, Ilídio Miguel, destacando que o livro contribuía para a formulação de políticas de reinserção juvenil. Encerrando o evento, o Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Mateus Saize, reforçou que a obra apontava caminhos para fortalecer o respeito aos direitos fundamentais dos menores privados de liberdade e que precisamos de um compromisso colectivo para garantir que esses jovens tenham uma segunda oportunidade.

Apresentação da obra "Community Courts and Post Colonial Legal Pluralism: Criminal Justice in Mozambique"

Março de 2025



Realizou-se no dia 21 de Março de 2025, no jardim do CFJJ, na província de Maputo, a apresentação da obra intitulada “*Tribunais Comunitários e Pluralismo Jurídico Pós-Colonial: Justiça Criminal em Moçambique.*” da autoria da Prof. Doutora Tina Lorizzo. O evento contou com a participação do Prof. Doutor Miguel Mussequejua (Docente

e Advogado), Dr. Flávio Atanásio Chongola (Magistrado do Ministério Público) e a Sra. Amélia Victor Branca Siteo (Juíza Presidente do Tribunal Comunitário da Polana Caniço). A apresentação da obra coube ao Dr. Joaquim Fumo (Docente e especialista em justiças comunitárias) e a moderação à Directora-Geral do CFJJ, Elisa Samuel Boerekamp. Além desses intervenientes, destacou-se a presença da Directora-Geral Adjunta do CFJJ, Sheila Matavele Cossa, titulares e representantes de diversas instituições convidadas, como a Juíza presidente do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, Representante da PGR - Distrito Municipal Nihamankulu, Representantes da PRM, Presidente da Associação Moçambicana de Juízes (AMJ), Coordenadores dos Tribunais comunitários, Magistrados Judiciais, funcionários do CFJJ e outras individualidades. Na apresentação da obra, o Dr. Joaquim Fumo, emprestou a sua mestria e eloquência, com um enquadramento contextual da obra. Enalteceu as qualidades científicas indiscutíveis da mesma e reconheceu a potencial contribuição desta na facilitação do acesso à justiça, valorizando os usos e costumes locais. Na sua intervenção, a autora da obra referiu-se às fragilidades da justiça no contexto moçambicano e defendeu que o sistema da justiça criminal no país precisa aproximar-se às pessoas em vez de permanecer estático, incompreensível, lento, remoto e caro, tendo frisado que os moçambicanos recorrem aos Tribunais Comunitários por todo o país porque confiam na sua justiça e celeridade. Na abordagem ao tema “O papel dos tribunais comunitários na justiça criminal em Moçambique”, as intervenções dos integrantes do painel foram orientadas às perspectivas das instituições que representam, tendo-se convergido quanto à necessidade de uma maior aproximação e colaboração entre os tribunais comunitários e o sistema judicial. Esse posicionamento foi sabiamente sustentado através da partilha de várias experiências socioprofissionais. A moderadora do evento referiu-se à necessidade de uma maior valorização dos Tribunais Comunitários, pois os usos e costumes são fundamentais para dirimir certos tipos de conflitos e garantir uma justiça justa, de forma contextualizada. Por fim, apelou à uma viragem no sentido da implementação efectiva dos fundamentos dos pilares do pluralismo jurídico. A transmissão do evento está disponível no site: <https://www.youtube.com/watch?v=yAxLxtTi7Mk>

Workshop de validação de resultados do Relatório sobre “O impacto das leis e políticas criminais, de segurança e excepcionais – O caso de Moçambique (2000-2024)”

Junho de 2025



A REFORMAR promoveu no dia 10 de Junho de 2025, um workshop para validar e enriquecer o relatório de pesquisa “O Impacto das Leis e Políticas Criminais, de Segurança e Excepcionais – O Caso de Moçambique (2000–2024)”. O relatório apresenta uma análise crítica da evolução e implementação das leis penais em Moçambique durante o período em questão, avaliando o seu alinhamento com a Constituição da República e os compromissos internacionais em matéria de Direitos Humanos. Realizado em parceria com o DOI, o evento teve como foco a apresentação do estudo e a recolha de contributos técnicos e experiências práticas, fundamentais para o seu aperfeiçoamento e relevância institucional. Estiveram presentes representantes da Assembleia da República (AR), Ministério do Interior (MINT), MJCR, PGR, IPAJ, CNDH, Tribunais Comunitários (TC), Organizações da Sociedade Civil como a Associação Lambda, a Rede Nacional de Redução de Danos (UNIDOS) e o CIP, bem como Académicos com reconhecida experiência na área. Durante os trabalhos de grupo, os participantes debateram temas centrais do relatório, tais como o acesso à justiça por cidadãos economicamente carenciados, a humanização do sistema prisional, a importância das penas alternativas à prisão, a protecção de direitos fundamentais, especialmente de grupos vulneráveis, e o encarceramento de menores. A troca de experiências contribuiu para a identificação de desafios persistentes no sector da justiça e de lacunas que foram abordadas na versão final do relatório.

*Global Convening on Strengthening Customary and Informal Pathways to People-Centred Justice-
Varsóvia (Polónia)*

Junho de 2025



No dia 27 de Junho de 2025, a

REFORMAR esteve à frente do “*Encontro Global sobre o Reforço dos Meios Consuetudinários e Informais para uma Justiça Centrada nas Pessoas*”, realizado em Varsóvia, Polónia, como parte do World Justice Forum 2025.

O evento reuniu 29 líderes do setor da justiça provenientes de 24 países, incluindo ministros, juristas, autoridades tradicionais e representantes da sociedade civil, com o objetivo de promover o debate sobre soluções inovadoras para o fortalecimento dos sistemas de justiça consuetudinária e informal enquanto componentes centrais de uma justiça centrada nas pessoas.

Durante o encontro, foi destacada a importância de reconhecer o valor e a legitimidade dos mecanismos de justiça consuetudinária e informal, assegurando simultaneamente a proteção dos direitos humanos e o respeito pelas especificidades culturais locais. Enfatizou-se igualmente a necessidade de promover o empoderamento jurídico das comunidades, com particular atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo mulheres, crianças, jovens e pessoas com deficiência, bem como de reforçar a articulação entre sistemas formais e informais, através de políticas públicas que integrem práticas comunitárias eficazes. Sublinhou-se ainda a importância de aumentar o investimento em sistemas de justiça plurais como forma de reduzir lacunas de acesso e reforçar a resiliência comunitária. No decurso do evento, foi lançado o Apelo de Varsóvia,

que convoca a comunidade internacional a reforçar esforços conjuntos para expandir o acesso à justiça, proteger os direitos sobre a terra e os recursos naturais e promover a paz.

A participação de Moçambique esteve representada pela Juíza Elisa Samuel Boerekamp, Diretora do CFJJ, que interveio como oradora no evento. A sua intervenção centrou-se no fortalecimento dos caminhos consuetudinários e informais de justiça, destacando a importância de abordagens integradas entre sistemas formais e comunitários, com vista à promoção de um acesso à justiça mais inclusivo e contextualizado. A Juíza Elisa tem-se distinguido na promoção de reformas e práticas que aproximam o sistema de justiça das realidades locais, com especial enfoque no acesso à justiça por mulheres, crianças e comunidades rurais.

Links de referência:

- Apelo de Varsóvia: <https://www.sdg16.plus/resources/call-to-action-strengthening-diverse-pathways-to-people-centered-justice/>
- Video da intervenção da Juiza Elisa Samuel Boerekamp: <https://www.youtube.com/watch?v=ja-8n-neLGs&authuser=0>

Consulta pública para criação do Regulamento do CEP em Maputo, Beira e Nampula

Dezembro de 2025



No âmbito da Consultoria para Apoiar a Criação do Regulamento do CEP, desenvolvida em colaboração com o MJCR e o SERNAP, com o apoio do UNICEF e UNODC, a REFORMAR realizou uma série de consultas públicas em várias cidades de Moçambique, ao longo de Novembro e Dezembro de 2025.

As sessões em Maputo, realizadas entre os dias 10 de Novembro e 17 de Dezembro, permitiram envolver um amplo conjunto de actores locais. Em Sofala, na cidade da Beira, de 17 a 20 de Novembro, enquanto em Nampula as actividades se realizaram de 24 a 27 do mesmo mês, garantindo a participação de diferentes regiões do país. Entre entrevistas e grupos focais, destacaram-se os workshops com diversos intervenientes do sector da justiça e do sistema penitenciário, cujo objectivo foi ouvir todas as vozes e recolher contributos importantes para a criação de um regulamento mais sólido, alinhado com os direitos humanos e os contextos moçambicanos. Estas actividades permitiram identificar desafios concretos, propor soluções práticas e gerar perspectivas valiosas para tornar o CEP mais efectivo, inclusivo e centrado na dignidade das pessoas reclusas.

Os workshops contaram com a participação de figuras-chave do sector da justiça, incluindo representantes dos Departamentos de Operações Penitenciárias e de Reabilitação Social, dos Estabelecimentos Penitenciários Especiais para Mulheres e para Menores, dos Tribunais Comunitários de Maputo, bem como de organizações da sociedade civil. Estiveram igualmente presentes representantes do Ministério do Trabalho, Género e Acção Social, do Ministério da Saúde e do CFJJ.

3. Acções de Advocacia

Em 2025, a REFORMAR reforçou a sua actuação no domínio da advocacia e litigância estratégica, acompanhando casos emblemáticos e contribuindo activamente para a consolidação de uma justiça mais justa, inclusiva e orientada pelos direitos humanos.

Acórdão do TS sobre a determinação da idade no processo penal

Agosto de 2025

ACÓRDÃO

Acordam, em conferência, na Secção Criminal do [REDACTED]

I – Relatório

1. Na [REDACTED] correu termo autos de Querela registada [REDACTED] em que são arguido [REDACTED], c. [REDACTED] todos com os demais sinais de identificação a que lhe respeita nos autos; estes que foram levados a julgamento pela prática do crime de violação de menor de 12 anos.

2. Realizado o julgamento foi o arguido [REDACTED] condenado como autor do crime de violação de menor de 12 anos, previsto e punido nos termos do artigo 219º do CP, à pena de prisão maior de 22 anos, indemnização à favor da vítima, máximo de imposto de justiça e emolumentos à defesa oficiosa.

3. O Arguido foi absolvido por insuficiência de provas.

4. Volvidos um ano e oito meses após a prolação da supradita decisão, o arguido veio através do seu mandatário, requer a revisão da sentença proferida nos autos de querela registados sob o n.º [REDACTED] do Tribunal [REDACTED] de [REDACTED] nos termos da alínea d) do artigo 506 do Código de Processo Penal (CPP), oferecendo, para o efeito, os fundamentos que se seguem:

a) Por sentença datada de [REDACTED] do [REDACTED] [REDACTED] condenou o arguido [REDACTED] na pena de 22 anos de prisão maior, 20.000,00mt (vinte mil meticais) de indemnização a vítima, máximo de imposto de justiça, entre outras medidas, por o haver considerado autor do crime de violação de menor de 12 anos, p. e p. nos termos do artigo 219 do CP, então vigente, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 31 de Dezembro.

b) A decisão assim tirada foi impugnada, por imposição legal, pelo [REDACTED], tendo o [REDACTED], por Acórdão datado de [REDACTED], agravado a pena de prisão maior para 23 (vinte e três) anos, mantendo o mais decidido pela instância recorrida.

c) O decidido naquelas instâncias apresenta vícios porquanto a pena excedeu a medida da culpa uma vez que até a altura da audiência de julgamento, não era conhecida a verdadeira idade do arguido.

d) Sucede que após a condenação, o irmão do arguido apresentou um cartão de eleitor ao Tribunal para efeitos de identificação, cuja cópia foi junta nos autos, de onde se apurou a verdadeira idade do arguido na data da infracção como sendo vinte anos dez meses e duas semanas, suscitando a justeza da condenação por ter excedido em 10 anos o limite máximo da pena prevista no artigo 131, n.º 1 do CP., devendo, por conseguinte, reduzir-se a condenação a uma pena não superior ao limite máximo de doze anos de prisão maior, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 131 n.º 1 do CP e 506, n.º 1, alínea d) do CPP.

5. Fundado no disposto no artigo 506, n.º alínea d) do CPP, requer a revisão da sentença.

Em 2025, a REFORMAR engajou-se na conclusão de um processo judicial que já acompanhava desde 2018 e veio a culminar com um acórdão produzido pelo TS. O caso envolvia um menor sem documentos de identificação, que foi condenado como adulto. O Tribunal Superior de Recurso agravou a pena, violando o princípio de que a situação do réu não pode piorar em instâncias superiores (reformatio in pejus).

Depois de longa intervenção processual, o TS deu um passo histórico ao reconhecer que, em caso de dúvida sobre a idade do arguido, esta deve ser resolvida a seu favor, reconhecendo-lhe a condição de menor. Este acórdão é um marco para a justiça juvenil em Moçambique e confirma aquilo que a REFORMAR vem denunciando há anos: muitos jovens são condenados como adultos apenas porque não têm bilhete de identidade ou não sabem que a lei os protege. Com o apoio do IPAJ e a atenção do SERNAP o caso foi revisto e corrigido, concedendo com a decisão do Supremo uma esperança para o sistema de justiça penal ao reconhecer que a justiça não é só punir, é proteger, educar e reintegrar. Para ler o acórdão completo consulte o site: <https://reformar.co.mz/publicacoes/acordao.pdf/view>

Pedido de posicionamento ao Provedor de Justiça de Moçambique em relação à proposta de revisão do artigo 163, do Código Penal (CP), sobre infanticídio

Setembro de 2025



Ao Provedor da Justiça

Dr. Isaque Chande

Assunto: Pedido de Posicionamento para proposta de alteração do artigo 163.º do Código Penal - Crime de Infanticídio

A REFORMAR – Research for Mozambique, é uma organização que se dedica à pesquisa, formação e advocacia em justiça criminal aplicada aos Direitos Humanos em Moçambique. Criada em 2015, a REFORMAR reconhece que os direitos humanos nos sistemas de justiça criminal são violados; que sua defesa e promoção na justiça penal pressupõem pesquisas baseadas em evidências; a importância da formação regular e abrangente de todos actores que trabalham no sector da justiça para aumentar o conhecimento e mudar o comportamento e que as reformas se reflectam no desenvolvimento de leis, políticas e práticas.

A intervenção da organização é fundamentada pelo quadro jurídico nacional, regional e internacional e valoriza a parceria com organizações locais, garantindo a aprendizagem e crescimento mútuos.

No âmbito da sua actividade de advocacia em matéria de justiça criminal aplicada aos direitos humanos, a REFORMAR, em coordenação com outras organizações da sociedade civil, vem por este meio solicitar ao Provedor da Justiça, um posicionamento institucional, quanto à proposta de alteração do artigo 163.º do Código Penal (CP),¹ relativo ao crime de Infanticídio.

Este pedido conta com o apoio formal de diversas organizações da sociedade civil com intervenção reconhecida na promoção dos direitos humanos e da justiça em Moçambique, nomeadamente:

¹ Moçambique, (2019). Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro: Lei de Revisão do Código Penal. Reformar - Research for Mozambique. Disponível em <https://reformar.co.mz/documentos-diversos/lei-24-2019-lei-de-revisao-do-codigo-penal.pdf>

A REFORMAR, com o apoio de diversas entidades

entre académicos e defensores dos Direitos Humanos como: Terezinha da Silva, Isabel Casimiro, Gigliola Zacara, Sandra Samuel, Custódio Duma, Sandra Tamele e Ferosa Chauque, e também de organizações que actuam nas áreas de defesa dos Direitos Humanos e justiça social, incluindo:

Fórum Mulher, Observatório do Cidadão para Saúde (OCS), Observatório das Mulheres, Centro de Integridade Pública (CIP) e a LAMBDA, no dia 2 de Setembro de 2025, submeteu ao Provedor da Justiça de Moçambique um pedido de posicionamento em relação à proposta de revisão do artigo 163.º do CP, que regula o crime de infanticídio.

O documento apresenta fundamentos jurídicos nacionais e internacionais, análises comparadas e dos factores culturais, psicológicos e socioeconómicos que justificam uma abordagem mais humanizada e compatível com os direitos fundamentais das mulheres e das crianças em Moçambique na punição do infanticídio.

Encontre o Pedido de Posicionamento sobre a Alteração do Artigo 163º do CP no nosso website:

<https://reformar.co.mz/.../pedido-de-posicionamento.../view>

4. Participação Institucional em Eventos e Conferências

Para além das suas actividades principais, a REFORMAR participou em diversas iniciativas de natureza institucional, cultural e organizacional, reforçando o seu compromisso com a inclusão social, o bem-estar da equipa e o fortalecimento de parcerias estratégicas.

4.1. Conferências e Encontros Internacionais

Reunião Regional da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership OGP) África e Médio Oriente 2025- Nairobi (Quênia)

Março de 2025



A REFORMAR participou da Reunião Regional da OGP África e Médio Oriente 2025, realizada no dia 26 de Março de 2025. O evento foi marcado por debates enriquecedores sobre governança digital, combate à corrupção e justiça acessível. A sessão “Engajamento Deliberado dos Cidadãos nos Processos de Justiça” focou nas experiências de diversos países africanos na promoção de uma justiça acessível e participativa. Tina Lorizzo, destacou a relevância do fortalecimento da justiça e da transparência em Moçambique. Em sua intervenção, falou especificamente sobre os tribunais comunitários em Moçambique, ressaltando o papel crucial desses tribunais na promoção de uma justiça acessível e descentralizada, com foco nas comunidades locais. Ela explicou como os tribunais comunitários têm sido fundamentais para garantir um verdadeiro acesso à justiça. A sessão também contou com a participação de outros especialistas, como Steve Okoth, Director Nacional do Comitê para a Implementação da Política

de Justiça Alternativa do Quênia, Klu Eliplim, Chefe de Programas da Federação de Organizações de Pessoas com Deficiência do Gana, Abdoulaye Ndiaye, Oficial de Programa da Artigo 19 África Ocidental, Tejan Ahmed Israel Jah, Provedor de Justiça da Serra Leoa, Aimee Ongeso, Gestora de Redes do Grassroots Justice Network do Quênia (Facilitadora), e Ken Ogutu, Consultor Jurídico do Judiciário do Quênia. As discussões deram ênfase a construção de governos mais abertos, responsáveis e inclusivos.

Simpósio internacional sobre penas alternativas e perspectivas de redução da superlotação nos estabelecimentos penitenciários – Maputo

Julho de 2025



A REFORMAR participou, no dia 23 de Julho de 2025, no simpósio sobre penas alternativas e perspectivas de redução da superlotação nos estabelecimentos penitenciários. O evento foi promovido pelo MJCR, SERNAP e CFJJ, com o apoio do UNODC, UNICEF e Cooperação Norueguesa. Durante o encontro, foram abordados temas como o impacto social e institucional da superlotação prisional em Moçambique, destacando-se questões críticas como a detenção preventiva, a reincidência, a importância das penas alternativas, o acesso à justiça, a reabilitação e a necessidade de ultrapassar uma visão punitiva de tipo pós-colonial. Também foi enfatizada a importância de sensibilizar magistrados quanto ao tratamento de crianças em conflito com a lei e usuárias de drogas. Foram ainda discutidos o quadro legal e os principais obstáculos jurídicos à implementação efectiva das penas alternativas à prisão. O encontro culminou com a elaboração de uma Carta de Compromisso, assinada por

representantes de alto nível das instituições de justiça moçambicanas, incluindo: o Juiz Presidente do TS, o Procurador-Geral da República, o Provedor de Justiça, o Presidente da CNDH, o Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, e o Bastonário da OAM.

Lançamento do Practical Guide on a Human Rights-Based Approach to Criminal Law - Nairobi (Kenya)

Julho de 2025



A REFORMAR participou, no dia 29 de Julho de 2025, do lançamento do “Guia Prático sobre uma Abordagem Baseada em Direitos Humanos ao Direito Penal”, com foco na descriminalização da pobreza e do status. O evento contou com a presença de representantes do *Institute of Commonwealth Studies*, da *International Commission of Jurists (ICJ)*, do *Commonwealth Secretariat* e de diversas organizações africanas que trabalham pela justiça social e penal na região.

A REFORMAR interveio no painel sobre a Campanha Global para a Descriminalização da Pobreza e do Estatuto destacando a produção de estudos sobre o impacto do direito penal em jovens, mulheres e comunidades vulneráveis em Moçambique. Entre os exemplos, a aplicação da Lei de Drogas n.º 3/97, que tem levado jovens à prisão por posse de pequenas quantidades de cannabis, sem distinção clara entre uso pessoal e tráfico; e a análise de leis excepcionais como as aplicadas durante a pandemia da Covid-19 que restringiram direitos sem justificações proporcionais. Para a REFORMAR, o Guia lançado é uma ferramenta estratégica para a justiça social. Ele reforça princípios fundamentais como legalidade, proporcionalidade e voluntariedade, e alerta para o risco de criminalizar o estatuto social como ser pobre, desempregado ou informal em violação ao

Estado de Direito. O Guia também desafia os países africanos de língua portuguesa a reverem os códigos penais herdados do colonialismo, que ainda operam sob lógicas punitivas. Veja o vídeo do evento aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=uw0TLVmHOzE>

Webinário sobre o impacto de leis criminais, de segurança e leis excepcionais em países africanos
Agosto de 2025



Convite para webinar

Estudo comparativo e resultados sobre o impacto de legislação criminal e de segurança pública e outras leis excepcionais e suas políticas em países de língua Portuguesa e Francesa seleccionados

(Burundi, Costa Do Marfim e Moçambique)

Data: Terça-feira, 26 de agosto de 2025

Horário: 11h30 - 13h30 (SAST)

Online

A REFORMAR participou, no dia 26 de Agosto de 2025, do Webinário sobre o Impacto das Leis Criminais, de Segurança e Leis Excepcionais em Países Lusófonos e Francófonos (Burundi, Costa do Marfim e Moçambique), organizado pelo DOI. O evento foi moderado por Lukas Muntingh (DOI) e contou com intervenções de Janelle Mangwanda (DOI), Wenceslas Assouhou (*Action des Chrétiens pour l'Abolition de la Torture – Côte d'Ivoire* - ACAT-CI), Théoneste Manirambona (*Burundi Bridges to Justice*) e Ilídio Nhantumbo (REFORMAR). Durante o webinar, foi lançado um Relatório Comparativo que evidencia como leis criminais, de segurança e outras de carácter excepcional continuam a afectar desproporcionalmente mulheres, jovens, defensores de direitos humanos, opositores políticos e outros grupos marginalizados. O caso de Moçambique foi apresentado como exemplo da África lusófona. O país conquistou a independência em 1975, adoptou a Constituição mais recente em 2004 e reformou o CP em 2019. Leis criminais, de segurança e excepcionais ainda são vagas e aplicadas de forma selectiva, afectando grupos vulneráveis. A pesquisa foi conduzida em Maputo com grupos focais e entrevistas semiestruturadas e validada em workshop em junho de 2025. Consulte o relatório de Moçambique: <https://reformat.co.mz/.../apresentacao-do-relatorio...> , o

Sumário Executivo: <https://reformatar.co.mz/publicacoes/sumarioexecutivo.pdf> e o estudo comparativo: <https://dullahomarinstitute.org.za/acjr/news/new-research-report-comparative-study-and-findings-on-the-impact-of-criminal-security-and-other-exceptional-laws-and-policies-in-select-francophone-and-lusophone-countries-burundi-cote-divoire-and-mozambique>

Reunião técnica-regional para a elaboração da Lei-Modelo sobre Fiscalização Prisional – Joanesburgo (África do Sul)

Setembro de 2025



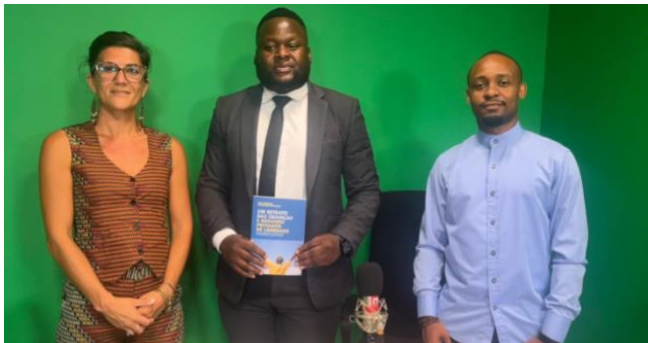
A REFORMAR participou de uma reunião técnica regional, realizada em Joanesburgo, dedicada ao desenvolvimento da Lei-Modelo da SADC sobre Fiscalização Prisional, organizada pelo *SADC Parliamentary Forum* e implementada pelo *Southern Africa Litigation Centre (SALC)*. O encontro reuniu um grupo técnico de trabalho composto por especialistas da área da justiça, direitos humanos e administração prisional provenientes de diversos Estados-membros da SADC, com o objectivo de debater e consolidar os principais elementos da futura lei-modelo. Este instrumento regional servirá de guia para reforçar a monitoria, a transparência e a protecção dos direitos humanos nos estabelecimentos prisionais da região. No primeiro dia, os participantes analisaram a parte geral do documento de referência, incluindo princípios orientadores, definições, mecanismos de reclamações, inspeções internas e externas, bem como o papel das instituições nacionais de direitos humanos na fiscalização. O debate destacou a relevância de garantir a independência dos mecanismos de controlo e a necessidade de promover maior responsabilidade e transparência no sistema prisional. O segundo

dia foi dedicado às disposições específicas sobre grupos vulneráveis em situação de detenção, como crianças, pessoas com deficiência, estrangeiros e apátridas, pessoas idosas, sobreviventes de violência sexual, pessoas vivendo com HIV e a comunidade LGBTIQ+. Os especialistas sublinharam a importância de assegurar medidas de proteção específicas, tendo em conta os riscos acrescidos de discriminação e maus-tratos enfrentados por estas populações. A reunião terminou com a reafirmação do compromisso do grupo técnico em continuar o processo de consulta e harmonização regional, assegurando que a futura Lei-Modelo seja um instrumento prático e eficaz para promover dignidade, justiça e respeito pelos direitos humanos nos sistemas prisionais dos Estados-membros da SADC.

4.2. Participação em Fóruns, Iniciativas Públicas nacionais e programas de comunicação

Programa “Estado de Direito” da MBC TV e Rádio Moçambique debatem a realidade dos menores privados de liberdade com a REFORMAR

Abril de 2025



Os pesquisadores da REFORMAR, Tina Lorizzo e Lourenço Sigaúque, estiveram no programa “Estado de Direito”, da MBC TV onde, sob a

condução do apresentador Daniel Tembe, debateram os principais pontos da sua mais recente publicação: “Um Retrato das Crianças e Menores Privados de Liberdade no Estabelecimento Penitenciário Especial de Recuperação Juvenil de Boane”. Durante a conversa, que abordou as condições de detenção enfrentados pelos menores privados de liberdade, Tina e Lourenço apresentaram as conclusões da pesquisa, destacando a necessidade urgente de reformas no sistema de justiça juvenil, com foco na reinserção social e na aplicação de uma justiça restaurativa. A discussão, mediada por Daniel Tembe ofereceu aos telespectadores uma reflexão criativa sobre as políticas públicas e a situação actual das crianças e menores em conflito com a lei no país.

No mesmo âmbito de divulgação da obra, a REFORMAR participou também numa entrevista na Rádio Moçambique, no programa “Letras e Sons”, conduzido por Conceição Siueia. A conversa incidiu sobre os principais conteúdos da publicação, reforçando a importância do debate público sobre a justiça juvenil em Moçambique.

Workshop de Validação do Compêndio sobre Casos de Criminalidade Organizada Transnacional (COT) em Moçambique

Junho de 2025



No dia 20 de junho de 2025, Maputo acolheu o Workshop de Validação do Compêndio sobre Casos de COT em Moçambique. O evento foi promovido pela IDLO, com o apoio do Departamento de Estado dos EUA, por meio do *Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs* (INL). A sessão de abertura contou com a intervenção do Venerando Juiz Desembargador Dr. Dimas Maroa, Juiz Conselheiro do Tribunal

Superior de Recurso de Maputo, sublinhando a importância da cooperação internacional no combate à criminalidade organizada. O compêndio foi apresentado pelo consultor José Munguambe, que destacou os principais casos analisados e as metodologias aplicadas na sua sistematização. Durante o workshop, os participantes incluindo representantes do sistema de justiça, consultores e parceiros institucionais dividiram-se em grupos de trabalho temáticos, analisando o conteúdo do compêndio e propondo recomendações práticas. As sessões contaram ainda com momentos de reação preliminar e definição de próximos passos, culminando num espaço de diálogo construtivo sobre a resposta nacional à COT. Este compêndio visa fortalecer a capacidade institucional de resposta à criminalidade organizada em Moçambique, promovendo boas práticas e o intercâmbio de experiências.

Seminário sobre engajamento da sociedade civil nos mecanismos internacionais de direitos humanos

Junho de 2025

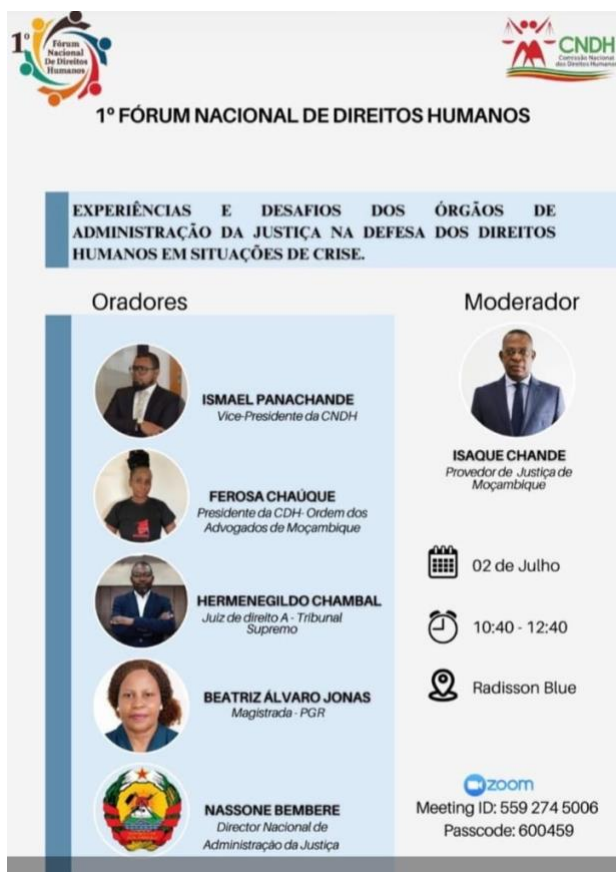


No dia 19 de junho de 2025, a REFORMAR participou no seminário sobre o engajamento da sociedade civil nos mecanismos internacionais de Direitos Humanos, promovido pelo ACNUDH, em Maputo, com foco no fortalecimento da participação das organizações da sociedade civil no processo da Revisão Periódica Universal (RPU). O seminário teve como objectivo capacitar as organizações moçambicanas para uma participação estratégica e eficaz no 4.º ciclo da RPU, previsto para 2026,

através de uma abordagem participativa, combinando exposições teóricas, partilhas de experiências e exercícios práticos. Durante o encontro, foram abordados temas como: o sistema internacional de direitos humanos e o papel da RPU; as oportunidades de intervenção das organizações da sociedade civil ao longo do ciclo da RPU; diretrizes para a elaboração de submissões da sociedade civil; análise das recomendações do 3.º ciclo e definição de prioridades temáticas; e a elaboração de um roteiro para a preparação de relatórios das organizações. A participação da REFORMAR insere-se no seu compromisso contínuo com o reforço do Estado de Direito, a promoção dos direitos humanos e a valorização do papel da sociedade civil nos espaços de incidência internacional.

Participação no Primeiro Fórum Nacional de Direitos Humanos

Julho de 2025



1º Fórum Nacional de Direitos Humanos

1º Fórum Nacional de Direitos Humanos

1º FÓRUM NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS EM SITUAÇÕES DE CRISE.

Oradores

- ISMAEL PANACHANDE**
Vice-Presidente da CNDH
- FEROSA CHAÚQUE**
Presidente da CDH- Ordem dos Advogados de Moçambique
- HERMENEGILDO CHAMBAL**
Juiz de direito A - Tribunal Supremo
- BEATRIZ ÁLVARO JONAS**
Magistrada - PGR
- NASSONE BEMBERE**
Director Nacional de Administração da Justiça

Moderador

- ISAQUE CHANDE**
Provedor de Justiça de Moçambique

02 de Julho

10:40 - 12:40

Radisson Blue

zoom
Meeting ID: 559 274 5006
Passcode: 600459

A cidade de Maputo acolheu, no dia 2 de Julho de 2025, o 1.º Fórum Nacional de Direitos Humanos, uma iniciativa para o fortalecimento das políticas públicas, dos mecanismos legais e da cooperação institucional no país, em alinhamento

com os padrões internacionais de promoção e proteção dos direitos humanos. Com o tema: “Experiências e Desafios dos Órgãos de Administração da Justiça na Defesa dos Direitos Humanos em Situações de Crise”, o evento contou com a participação de representantes-chave do sector da justiça como: Ismael Panachande, Vice-Presidente da CNDH, Ferosa Chauque, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAM, Hermenegildo Chambal, Juiz de Direito A no TS, Beatriz Álvaro Jonas, Magistrada da PGR, Nassone Bembere, Diretor Nacional de Administração da Justiça e foi moderado pelo Provedor de Justiça de Moçambique, Isaque Chande. A REFORMAR associou-se a este importante espaço de debate, que buscava promover um diálogo construtivo, urgente e inclusivo em prol da justiça, da dignidade e dos direitos humanos em Moçambique.

Ciclo de reflexão sobre a eficácia e as lacunas legais, institucionais e praticas de resposta a violência

Setembro de 2025



A REFORMAR marcou presença no lançamento do “Ciclo de reflexão sobre a eficácia e as lacunas legais e institucionais e práticas da resposta à violência” que se realizou no dia 19 de Setembro na Faculdade de Medicina da UEM e foi promovido pelo Observatório das Mulheres. O evento reuniu representantes governamentais, sociedade civil, sector da justiça e organizações religiosas para debater os desafios e respostas no combate à VBG em Moçambique. Com a abertura procedida pelo Secretário de Estado de Género, Acção Social, Abdul Razak, o encontro contou com a apresentação de um documentário produzido pelo Observatório, relatando as histórias das vítimas do feminicídio partilhadas pelos familiares. Ficou claro que a resposta além de se dedicar à agravação das penas, deve envolver a reparação das famílias enlutadas e medidas de prevenção. Os painéis de discussão foram compostos por

representantes do: Observatório das Mulheres , Conselho Cristão, Departamento de Atendimento à Família e Menores da PRM, Medicina Legal do Hospital Central de Maputo e PGR. Entre os temas transversais, discutiu-se a inclusão de vítimas com deficiência visual e auditiva nos mecanismos de defesa e a complexidade envolvida na recolha de provas periciais em casos de violência sexual.

Lançamento do Programa “Libertamos os Talentos” da Cooperação Italiana

Dezembro de 2025



A REFORMAR participou, no dia 2 de Dezembro de 2025, do lançamento do Programa “Libertamos os Talentos”, uma iniciativa que visa promover a formação, a inclusão profissional e o empreendedorismo social de jovens e mulheres em Moçambique. O programa é financiado pela *Agenzia Italiana per la Cooperazione allo Sviluppo* e coordenado pela SERNAP e tem como objectivo contribuir para um emprego pleno, digno e inclusivo, com enfoque especial em jovens e mulheres reclusas e ex-reclusas. O programa abrange o Estabelecimento Penitenciário Especial de Recuperação Juvenil, o Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo e o Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo (Ndlavela).

4.3. Cultura, Inclusão Social e Vida Institucional

Festival Fast ELAS

Abril de 2025



No dia 7 de abril de 2025, Maputo foi palco do Festival Fast ELAS, uma celebração da arte, cultura e talento das mulheres moçambicanas. A gala contou com a participação de artistas de renome, incluindo cantoras, dançarinas e outras figuras proeminentes da cena artística. O evento proporcionou um espaço para que mulheres de diferentes áreas se expressassem e se conectassem, promovendo a igualdade de género e a valorização da mulher na sociedade. As performances e as apresentações artísticas destacaram o impacto da arte na transformação social, além de enfatizarem o papel da mulher como pilar essencial da cultura e da música em Moçambique.

A REFORMAR também marcou presença no evento, solicitando ao SERNAP a autorização para uma mulher privada de liberdade do Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Ndlavela poder apresentar uma performance musical, integrando-se à celebração e compartilhando a sua arte num gesto simbólico de reinserção e transformação por meio da cultura. A Marrabenta LIVE TV promotores do @Festival Fast ELAS, com a sua visão, empenho e dedicação permitiram que a iniciativa fosse uma celebração artística e um verdadeiro espaço de inclusão, expressão e empoderamento. Um gesto que simboliza a importância da reinserção social e o poder da arte como ferramenta de empoderamento para mulheres em todas as circunstâncias, oferecendo uma plataforma para que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Programa de formação em Musicoterapia no Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane

Julho de 2025



No dia 16 de Julho foram entregues os certificados de participação aos jovens que concluíram as sessões do programa *Musicoterapia para fortalecer a reabilitação*, uma iniciativa implementada em parceria entre o *SERNAP*, a *REFORMAR* e a *PASSI Società Cooperativa*.

O programa foi realizado ao longo de 18 sessões de musicoterapia, conduzidas em co-terapia pelos musicoterapeutas Soares Horácio Bruno e Beatrice Masi, envolvendo um grupo de cerca de 11 jovens privados de liberdade. A cerimónia foi marcada por emoção e orgulho, reflectindo o empenho dos participantes em explorar a música como ferramenta terapêutica para o seu bem-estar emocional e psicológico. Durante o programa, eles puderam criar músicas, tocar instrumentos, ouvir diferentes estilos musicais e participar em dinâmicas de improvisação, desenvolvendo habilidades interpessoais e descobrindo novos caminhos para lidar com os desafios do encarceramento.

Durante as sessões, foi criado um espaço seguro de expressão emocional, promovendo a socialização, a escuta activa e o respeito pelos outros. Ao longo do processo, verificaram-se melhorias ao nível da expressão pessoal, tanto no âmbito musical quanto verbal, maior consciência das próprias emoções e capacidade de partilha, bem como o reforço da cooperação e coesão grupal e a melhoria da atenção e gestão da impulsividade. As sessões tiveram um retorno

muito positivo, com participação activa e um aumento progressivo da abertura e disponibilidade para a escuta mútua entre os participantes.

Celebração dos 10 anos da REFORMAR

Outubro de 2025



No ano de 2025, a REFORMAR completou 10 anos da sua existência e assinalou a data com uma cerimónia marcada por emoção, reflexão e celebração de uma década dedicada à promoção da justiça criminal e à defesa dos direitos humanos em Moçambique.

O evento de comemoração, decorrido no dia 2 de Outubro de 2025, constituiu um momento de encontro e partilha, reunindo parceiros institucionais, académicos e da sociedade civil que, ao longo dos anos, têm contribuído para a consolidação do trabalho da REFORMAR. Foi também uma oportunidade para rever um percurso marcado pela produção de conhecimento crítico, pela intervenção pública e pelo diálogo contínuo com diferentes actores do sistema de justiça. Ao longo destes 10 anos, a REFORMAR destacou-se pela realização de pesquisas aplicadas sobre o sistema de justiça criminal, pela promoção de debates sobre a descriminalização da pobreza e de práticas baseadas em direitos humanos, bem como pelo desenvolvimento de iniciativas inovadoras de reabilitação em contexto prisional. Destacam-se ainda o seu envolvimento em processos de reforma legal e regulamentar, a formação de profissionais do sector da justiça e a criação de espaços de escuta e produção de evidência centrados nas experiências de pessoas privadas de liberdade.

A celebração serviu também para reconhecer e agradecer o apoio contínuo de parceiros nacionais e internacionais, cuja colaboração tem sido fundamental para a implementação de projectos com impacto no sistema de justiça.

Mais do que uma comemoração institucional, o momento foi também de reafirmação do compromisso da REFORMAR com as pessoas privadas de liberdade, as suas famílias e comunidades, cujas histórias, desafios e resistências continuam a orientar e dar sentido ao trabalho desenvolvido pela organização.

5. Filiação/Memorando de Entendimento

A REFORMAR e PASSI Società Cooperativa colaboram para implementação de Projectos sobre a Justiça Criminal

Junho de 2025



No âmbito da cooperação internacional a REFORMAR recebeu no dia 30 de Junho, quatro voluntários Italianos, interessados em colaborar com as actividades de pesquisa e intervenção social da REFORMAR. Cada voluntário traz consigo experiências e propostas alinhadas com a sua área de actuação, contribuindo para um intercâmbio frutífero de conhecimentos. Estes voluntários fazem parte dos Corpos Civis de Paz da organização italiana *PASSI Società Cooperativa*, com a qual a REFORMAR estabeleceu uma parceria estratégica para a implementação conjunta de projectos na área da justiça criminal. A sua chegada foi precedida de encontros que visavam proporcionar aos voluntários uma compreensão sobre o Sistema de Administração da Justiça moçambicano, o Regime Penitenciário e os diversos projectos conduzidos pela REFORMAR. Esta colaboração representa um importante passo no fortalecimento da Cooperação Internacional e na promoção de uma justiça mais inclusiva e solidária.

6. Apoio e colaborações

A REFORMAR agradece o apoio que, durante o ano, foi prestado por diferentes instituições governamentais e organizações da sociedade civil que a seguir serão elencadas.

PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

AGAPE Moçambique

Dullah Omar Institute (DOI)

International Development Law Organization (IDLO)

International Drug Policy Consortium (IDPC)

Southern Africa Litigation Centre (SALC)

United Nations International Children's Fund (UNICEF)

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ)

Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)

Provedoria de Justiça de Moçambique

Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ)

Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM)

Procuradoria-Geral da República de Moçambique (PGR)

Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP)

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Associação Lambda (Lambda)

Centro Africano de Excelência para o Acesso a Justiça (ACE – AJ)

Centro de Integridade Pública (CIP)

Fórum Mulher

Observatório das Mulheres

Observatório do Cidadão para Saúde (OCS)

PASSI Società Cooperativa (PASSI)

7. Divulgação

7.1. Website

Durante o ano de 2025, o website institucional da REFORMAR (<https://reformar.co.mz/>) consolidou-se como uma das principais plataformas de divulgação das actividades, pesquisas, publicações e iniciativas institucionais da organização. O site foi regularmente actualizado, assegurando a disponibilização atempada de conteúdos relevantes para parceiros, decisores públicos, académicos e o público em geral.

Em termos de alcance geográfico, os dados estatísticos indicam que Moçambique continua a representar a principal origem dos acessos, correspondendo a 87,96% do total de utilizadores. Registou-se igualmente a presença de utilizadores provenientes dos Países Baixos (3,08%), da China (1,29%), dos Estados Unidos (1,61%), da África do Sul (0,88%), do Brasil (0,83%) e de Portugal (0,71%), o que evidencia o interesse internacional pelas actividades e produção técnico-científica da organização. Em números absolutos de utilizadores activos por país, destacam-se Moçambique, com 38.000 utilizadores, seguido dos Países Baixos com 1.300, da China com 1.200, dos Estados Unidos com 697, da África do Sul com 380, do Brasil com 361 e de Portugal com 306.

Ao nível das cidades, verificou-se uma concentração significativa de acessos nos principais centros urbanos nacionais, nomeadamente Maputo, com 28.000 acessos, Beira com 5.000 e Matola com 485. Registaram-se igualmente acessos relevantes a partir de cidades como Lanzhou (277), Singapura (192) e Joanesburgo (182), demonstrando o alcance internacional da plataforma digital da REFORMAR.

No que concerne aos idiomas dos utilizadores activos, verificou-se a predominância da língua portuguesa, acompanhada por utilizadores com configurações em inglês, chinês, francês e italiano. Este dado reforça o carácter internacional da audiência e a crescente projecção externa da organização. De forma geral, os indicadores de 2025 confirmam a consolidação do website como instrumento estratégico de comunicação institucional da REFORMAR, assegurando visibilidade nacional e crescente reconhecimento internacional do seu trabalho.

7.2. Facebook

A REFORMAR possui uma página no Facebook ([REFORMAR – Research for Mozambique](#)) onde são publicadas actualizações regulares sobre os eventos, actividades, bem como comentários sobre as tendências e desenvolvimentos nacionais, regionais e internacionais actuais em justiça criminal e Direitos Humanos.

7.3. Twitter

A REFORMAR tem também uma página de twitter, no seguinte endereço:
<https://twitter.com/REFORMAR3>

7.4. Contactos

REFORMAR – Research for Mozambique

Av. Sekou Touré 819

Maputo

Moçambique

Web: reformar.co.mz

Facebook: <https://www.facebook.com/Reformar-Research-for-Mozambique-1025085100903393/>

Twitter: <https://twitter.com/REFORMAR3>